

ESTUDOS DOS FATORES DE EVASÃO ESCOLAR DO CURSO TÉCNICO EM ENFERMAGEM DO INSTITUTO FEDERAL DO NORTE DE MINAS GERAIS

Study of the dropout factors of Technical Nursing Course in Northern Federal Institute of Minas Gerais

GOMES, Rodrigo Fernandes¹

LAUDARES, João Bosco²

RESUMO

Este artigo apresenta resultados de uma pesquisa sobre o curso técnico de nível médio em Enfermagem do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG) – *Campus Januária/MG*. Os dados foram coletados quantitativamente, a partir da pesquisa do Observatório da Educação “Educação Técnica de Nível Médio da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica de Minas Gerais: Organização dos IFETs, Políticas para o Trabalho Docente, Permanência/Evasão de Estudantes e Transição para o Ensino Superior e para o Trabalho”. Qualitativamente, investigaram-se, por entrevista semiestruturada, técnicos da área administrativa, professores e coordenadores do curso em investigação quanto às suas concepções, argumentações e interpretações relativamente ao tema de evasão. O referencial teórico versou sobre os temas: o contexto da educação profissional técnica em saúde e evasão escolar. Os resultados apontam para algumas convergências entre a opinião dos entrevistados e as respostas dos alunos evadidos, quando se analisam as causas de evasão, em alguns casos – quanto à relação com o trabalho dos evadidos, dificuldade de transporte e mobilidade –, bem como algumas divergências – com relação à não identificação dos evadidos com o curso escolhido.

Palavras-chave: Educação Profissional em Saúde. Evasão escolar. Curso Técnico em Enfermagem/IFNMG.

ABSTRACT

This article presents results of a research on the technical Nursing course at Federal Institute of Northern Minas Gerais (IFNMG) – *Campus Januária/MG*. The data were collected quantitatively from the Research Centre for Education “Technical Secondary Education of the Federal Network of Technological Education of Minas Gerais: Organization of IFETs, Policies for Teaching Work, Continue / Evasion and Transition for Students of Higher Education and Work.” Qualitatively, it was investigated by semi-structured interviews, technicals of the administrative area, teachers and course coordinators in research concerning their conceptions, arguments and interpretations relating to dropout. The theoretical reference revolved on the topics: the context of the technical professional education in health and their relationships with work and professional qualification; school dropout and public politics for professional education. The results indicate some convergence between the views of respondents and the responses of dropout students, when analyzing the causes of dropout in some cases - as the relationship with the work of dropouts, difficulty of transport and mobility - and some differences - with respect to non-identification of dropouts with the chosen course.

Keywords: Professional Health Education. School dropout. Technical course in Nursing/IFNMG.

¹ Mestre em Educação Tecnológica pelo Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG), Especialista em Educação a Distância pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas (IFNMG), em Enfermagem: situações de urgência e emergência pela PUCMINAS e em Enfermagem: formação pedagógica (PROFAE) pela UNIMONTES. Bacharel em Enfermagem pela UNIMONTES. Professor da Carreira de EBTT do IFNMG/Campus Montes Claros. E-mail: <rodrigo.fgomes@hotmail.com>.

² Doutor em Educação: História, Política, Sociedade pela PUCSP. Mestre em Tecnologia pelo CEFET-MG. Graduado em Matemática pela UFMG. Professor Titular dos cursos de Graduação e do Mestrado em Ensino de Ciências e Matemática da PUC MINAS. E-mail: <jblaudares@terra.com.br>.

INTRODUÇÃO

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia fazem parte de uma política pública do Governo Federal. Têm o objetivo de aumentar o nível de educação/formação dos indivíduos e colaborar para o crescimento e desenvolvimento da região em que estão inseridos. O desenvolvimento de educação/formação está relacionado à melhora das condições de vida em geral. Os Institutos Federais são oriundos de Instituições de Ensino Federais – Escolas Técnicas, Escolas Agrotécnicas e Centros Federais de Educação Tecnológica. Partindo de um processo de expansão, foram criadas novas unidades, tanto em áreas desenvolvidas quanto em regiões carentes em desenvolvimento socioeconômico. Estas se basearam nas escolas mais antigas, adotando, entretanto, características próprias, de acordo com a região. A oferta de cursos levou em consideração as necessidades profissionais da população, bem como a necessidade de força de trabalho do local em que a escola está inserida.

A implementação de políticas públicas – principalmente relacionadas à educação – é um desafio para o Estado e para a sociedade, porque vários fatores interferem nos resultados, de forma positiva e negativa. A evasão escolar é um dos fatores que influencia, de forma negativa, os resultados almejados pelas instituições escolares. A evasão escolar é considerada um fenômeno complexo (FERRARO, 1999) e multicausal (BRASIL, 1996). Entender os fatores que influenciam esse processo é importante para o aprimoramento das políticas públicas em educação e para um melhor resultado no atendimento à população.

Este artigo apresenta resultados de Pesquisa sobre os cursos técnicos da área da saúde, especificamente o curso Técnico em Enfermagem do IFNMG – *Campus Januária*. O artigo utilizou também dados de uma pesquisa do Observatório da Educação, que efetivou uma parceria entre o Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG), a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). O Observatório da Educação pesquisou sobre a evasão escolar na educação técnica de nível médio, o trabalho docente e a transição dos egressos para a universidade e para o mundo do trabalho.

O objeto da pesquisa de que trata o artigo foi o estudo dos motivos de evasão escolar do curso Técnico em Enfermagem do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais (IFNMG) / *Campus Januária*. Foram analisados os seguintes questionamentos:

Quais os fatores de evasão escolar dos estudantes do curso Técnico em Enfermagem do IFNMG / *Campus Januária*?

Quais as percepções dos funcionários, professores e coordenadores da Instituição sobre o fenômeno da evasão e, especificamente, no curso de Enfermagem?

O objetivo geral da pesquisa foi analisar a evasão escolar – e os seus fatores associados – do curso Técnico em Enfermagem do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais / *Campus Januária*, e a percepção dos profissionais da Instituição sobre os casos de evasão.

Os objetivos específicos foram:

Levantar nos documentos oficiais dados relativos à evasão na Educação Profissional;

Levantar os fatores associados à evasão escolar do curso Técnico em Enfermagem do IFNMG – *Campus Januária*;

Captar as percepções dos profissionais, professores e coordenadores da instituição sobre o fenômeno de evasão escolar.

ASPECTOS SOCIAIS E LEGAIS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NA ÁREA DA ENFERMAGEM

Educação e saúde têm em comum o fato de serem direitos dos indivíduos. Tais direitos nem sempre são “ofertados” à população na mesma proporção.

Os aspectos de cunho social e caritativo marcaram indelevelmente os primórdios da educação técnica no Brasil. Sempre esteve associada à população de baixa renda, sem identidade, destituída de intenções pedagógicas de desenvolvimento intelectual pleno (WERMELINGER; MACHADO; AMÂNCIO FILHO, 2007, p.214).

O desenvolvimento da Enfermagem no Brasil seguiu processo semelhante. Inicialmente era praticada em instituições religiosas de caridade, por indivíduos excluídos da sociedade.

A evidência da divisão social do trabalho mais conhecida no âmbito da formação profissional em saúde diz respeito à história da enfermagem. Esta mostra que as atividades desenvolvidas por estes profissionais careciam de conhecimento teórico, sendo suas atividades puramente manuais. [...] A enfermagem apresentava-se como atividade prática, onde a caridade era o atributo moral e religioso das ações desenvolvidas (PEREIRA; RAMOS, 2006, p.22).

Pereira e Ramos (2006) ressaltam ainda que não havia, no início do século, um ensino sistematizado de Enfermagem e sim um treinamento de jovens que tinham optado por uma “vida conventual”.

O treinamento era essencialmente prático, desenvolvido através de atividades em orfanatos, nas residências dos pacientes e nos hospitais existentes. Os superiores, já treinados, orientavam o aprendizado das novatas que desenvolviam comportamento copiativo, numa relação mestre-aprendiz (PEREIRA; RAMOS, 2006, p.23).

A profissão da Enfermagem reconhece a ideia de utilidade e se insere no processo de divisão social de trabalho e repartição de tarefas. “Às *ladies* cabia o pensar, concretizado nos postos de comando. Para o cuidado, entendido como trabalho manual, ficavam encarregadas as *nurses*” (PEREIRA; RAMOS, 2006, p.23, grifos das autoras).

Gradualmente as escolas de Enfermagem começaram a ser criadas. Em 1923 foi criada a Escola de Enfermagem Anna Nery, tendo o curso oficial 36 meses de duração. “Porém, como a expansão de escolas com esta finalidade não se transformou numa política pública, foram criados paliativos, como cursos de 18 meses para formar trabalhadores que prestavam assistência aos doentes nos hospitais” (PEREIRA; RAMOS, 2006, p.26).

A maior parte dos profissionais que praticavam a enfermagem, na época (século XIX e início do século XX), recebia um treinamento básico e era enquadrada como atendente.

A legislação relativa ao ensino de Enfermagem seguiu o caminho da regulamentação dos cursos e do aumento da qualificação dos profissionais. Em 22 de janeiro de 1946, foi instituído o Decreto-Lei n. 8.778, que regula os exames de habilitação para auxiliares de enfermagem e parteiras (BRASIL, 1946). Em 1949, a Lei n. 775, de 6 de agosto estabelece e oficializa que o ensino de Enfermagem compreende dois cursos: o curso de Enfermagem, com duração de 36 meses, e o curso de auxiliar de Enfermagem, com duração de 18 meses (BRASIL, 1949).

Com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei n. 4.024), em 1961, o curso de Enfermagem é classificado como curso de nível superior (BRASIL, 1961). Em 1966, é criado o curso Técnico em Enfermagem (PEREIRA; RAMOS, 2006). “O trabalho de enfermagem fica sendo desenvolvido por quatro categorias: atendente de enfermagem (a maioria sem ter passado por qualquer qualificação profissional), auxiliar de enfermagem, técnico de enfermagem e enfermeiro” (PEREIRA; RAMOS, 2006, p.32). Além dessas categorias, existiam também outros trabalhadores que não estavam vinculados oficialmente à Enfermagem, mas que atuavam realizando atividades elementares, como os visitantes sanitários (PEREIRA; RAMOS, 2006, p.32). E longe das grandes cidades e dos grandes centros atuavam também as parteiras, profissionais que existiam devido às precárias condições de assistência à saúde (principalmente na zona rural).

No que se refere às relações profissionais, Pires, Gelbcke e Matos (2004) destacam que

a história tem mostrado que a presença de múltiplos exercentes, com formações diferenciadas e competências estabelecidas legalmente, se identifica com os interesses gerenciais e dos proprietários dos estabelecimentos de saúde, visando ao barateamento do trabalho (PIRES; GELBCKE; MATOS, 2004, p.323).

O desmembramento de uma profissão em mais de uma categoria diminui a representatividade dos profissionais e a força para lutarem por seus direitos.

Percebe-se, na análise das categorias da Enfermagem, uma divisão parcelar do trabalho. A realidade profissional da área instituiu uma fragmentação do processo de cuidar, padronização de tarefas, configurando separação entre concepção e execução, próprios dos processos taylorizados do modo de produção capitalista (PIRES, 2008). Também alinhado às características do taylorismo/fordismo, o trabalho na equipe de Enfermagem assume uma forma denominada de “funcional” (PIRES, 2008), na qual o trabalhador fica responsável por um tipo de atendimento ao paciente (ex: medicação), ficando os outros cuidados a cargo de outro profissional. Divide-se, assim, não só o serviço, mas também o paciente que recebe o cuidado.

Arelado a esse processo, a educação profissional em saúde também adquire, nesse período, um aspecto parcelar. Não há a necessidade, de acordo com as relações de produção, de se desenvolver uma consciência crítica nesses profissionais. O ensino é, então, desenvolvido em formas estanques, de curta duração e com características

de treinamento. A finalidade maior da educação profissional em saúde, naquele período, é a adaptação (PEREIRA; LIMA, 2008).

No aspecto relativo à organização profissional, todas as subcategorias da Enfermagem são fiscalizadas pelo Conselho Regional de Enfermagem (COREN). Ressalta-se que cada categoria tem suas aspirações profissionais e sociais, e a união destas em um único conselho não contribui para o fortalecimento da classe. Com essa situação, é preciso, caso se queira avançar em termos de direitos sociais e profissionais, um esforço e consenso muito maior entre os membros das diversas categorias.

A Lei 5.692, de 1971, que regulamentava a profissionalização compulsória do segundo grau, trouxe, para a área da Enfermagem, a possibilidade de as habilitações serem adquiridas através de um exame de "suplência profissionalizante" (PEREIRA; RAMOS, 2006, p.36), que "conferia diploma (*sic*) a quem tivesse pelo menos dois anos de trabalho em instituições de saúde, com a condição de ser satisfeita a exigência de cumprimento de educação geral, por via regular ou supletiva" (PEREIRA; RAMOS, 2006, p.36). Com uma avaliação oral e/ou escrita, planejada e viabilizada pela Secretaria de Educação do Estado, o trabalhador, se comprovada a conclusão no ensino fundamental, obteria o certificado de auxiliar de Enfermagem.

Em 25 de junho de 1986, foi promulgada a Lei n. 7.498, que determinou um prazo de 10 anos para que os atendentes de Enfermagem se qualificassem em auxiliares de Enfermagem (SHIMIZU; LIMA; SANTANA, 2007). O objetivo era a diminuição de categorias profissionais e o aumento da escolaridade dos trabalhadores. Posteriormente a legislação definiu que quem já fosse atendente até a data de 28 de dezembro de 1994 poderia exercer atividades elementares de Enfermagem, sob a supervisão de um enfermeiro (VIEIRA, 2003).

Na década de 1990, a aprovação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996) tornou possível a efetivação das políticas de educação almejadas pelos empresários. A aprovação do Decreto 2.208, em 1997, oficializou a dualidade educacional no ensino médio:

No final da década de 90, registrou-se maior escolarização conseqüente à diminuição de postos de trabalho de nível elementar e à ampliação de postos de trabalho de nível auxiliar e técnico, que exigem a conclusão do ensino fundamental e médio, respectivamente (VIEIRA, 2003, p.23).

A diminuição da participação dos trabalhadores de nível elementar coincidiu com o aumento da exigência de escolaridade formal.

Essas mudanças no setor saúde, a partir dos anos 90, acompanham de forma geral as mudanças tecnológicas e organizacionais que ocorrem no mundo do trabalho, principalmente na esfera da produção industrial ou material, com suas exigências de maior qualificação dos trabalhadores e, também, com a progressiva flexibilização das relações de trabalho (VIEIRA, 2003, p.23).

EVASÃO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE NÍVEL TÉCNICO EM SAÚDE

A evasão escolar atinge vários níveis e várias modalidades de ensino, e é significativa na grande maioria dos cursos. Na área da saúde, a evasão escolar tem características específicas.

Costa Junior (2010), em sua dissertação sobre evasão em cursos gratuitos do SENAC Sete Lagoas, identificou uma evasão escolar de 22% nos cursos Técnicos em Enfermagem. Os motivos de evasão escolar encontrados por Costa Junior (2010) foram compatíveis com os citados em outras pesquisas sobre o tema. Os fatores mais citados, em ordem decrescente, foram: dificuldade de conciliar trabalho e estudo, mudança de domicílio, realização de curso superior concomitante, problema de saúde pessoal ou familiar, falta de identificação com o curso, custo de transporte, dificuldade de transporte, "sem ter com quem deixar os filhos", gravidez, ingresso em pré-vestibular, dificuldade de aprendizagem, cursar ensino médio concomitante, reprovação, realização de curso de idiomas concomitante, realização de outro curso técnico concomitante, horário incompatível com outras atividades. O autor concluiu que a evasão está ligada à imaturidade dos jovens, à tentativa de independência financeira e à falta de estudo dos pais (COSTA JUNIOR, 2010).

Nunes *et al.* (2007) analisaram em pesquisa realizada os motivos da evasão de alunos do PROFAE (Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área de Enfermagem) no Paraná. De acordo com os autores, a evasão no Estado foi de 6 a 14% para os cursos de auxiliar de enfermagem, e de 2 a 8% para os cursos de complementação de auxiliar para Técnico em Enfermagem. Os motivos de evasão mais frequentes foram: problemas pessoais (gravidez, casamento, filhos); incompatibilidade com trabalho (horários, não liberação, cansaço); não gostou da área; dificuldades no processo ensino-aprendizagem; dificuldade de acesso ao curso. Chama a atenção a questão referente aos problemas de transporte. Alguns alunos residiam em outros municípios, mas a dificuldade de transporte não foi considerada por estes como motivo de evasão. Os autores consideram a ideia de que quanto maior é a distância entre a moradia e o curso, maior é o compromisso do aluno em frequentar as aulas (NUNES *et al.*, 2007).

Em seu artigo, analisando o curso técnico de nível médio de Agente Comunitário de Saúde ofertado pelo PROEJA (Programa de Educação de Jovens e Adultos), Stoco (2010) enfatiza a importância da correspondência de vagas no mercado de trabalho para os egressos. Os alunos que frequentavam o curso tinham a expectativa de emprego garantido após a conclusão. Quando lhes foi explicitado que o vínculo empregatício não estava confirmado, evadiram-se. A autora documentou uma evasão final de 55%.

Além dos aspectos encontrados que coincidem com outras pesquisas (como a necessidade de trabalhar e as dificuldades com transporte), a pesquisa de Stoco (2010) considerou também outros motivos. Um deles é a evasão por fatores relacionados a preceitos religiosos conflitantes com o horário das aulas (sexta-feira à noite e sábado). Como a conclusão do curso pelo aluno é um objetivo também da escola, a discussão sobre estratégias que solucionem essa questão precisa ser levantada. Outro fator que merece destaque é o uso do curso como propedêutico pelos alunos (para a continuação dos estudos em outro curso técnico ou em curso superior). A autora lembra que o

PROEJA prevê a continuidade dos estudos, o que justifica a mobilidade para outros cursos. Dessa forma, esses alunos são também o público-alvo do programa.

Sales, Castro e Dore (2013) elaboraram um relatório parcial da pesquisa do Observatório da Educação na Rede Federal de Educação de Minas Gerais. De acordo com os resultados encontrados, o IFNMG apresentou uma evasão geral nos cursos técnicos de 33,8% entre os anos de 2006 e 2010 (ênfatisa-se que esses números são preliminares, ainda não conclusivos, pois dados essenciais ainda estão sendo analisados).

De acordo com dados enviados pela Secretaria de Registros Escolares do *Campus* Januária do IFNMG, a evasão escolar média do curso Técnico em Enfermagem no período de 2006 a 2010 atinge o índice de 33,4% (da mesma forma, consideram-se os dados como preliminares).

ASPECTOS METODOLÓGICOS

A referida Pesquisa foi orientada por uma abordagem qualitativa.

A principal característica das pesquisas qualitativas é o fato de que estas seguem a tradição “compreensiva” ou interpretativa. Isto significa que essas pesquisas partem do pressuposto de que as pessoas agem em função de suas crenças, percepções, sentimentos e valores e que seu comportamento tem sempre um sentido, um significado que não se dá a conhecer de modo imediato, precisando ser desvelado (PATTON, 1986 *apud* ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZNAJDER, 2001, p.131).

Ainda segundo a análise qualitativa, Bogdan e Biklen (1994) salientam que as questões a investigar são “formuladas com o objetivo de investigar os fenômenos em toda a sua complexidade e em contexto natural. [...] Privilegiam, essencialmente, a compreensão dos comportamentos a partir da perspectiva dos sujeitos da investigação” (p.16). O objeto da Pesquisa é o estudo dos fatores associados à evasão escolar do curso Técnico em Enfermagem do IFNMG – *Campus* Januária. Os sujeitos são os funcionários do IFNMG – *Campus* Januária (assistente social, orientadores educacionais, pedagogos, professores e coordenadores) que trabalhavam com o curso Técnico em Enfermagem no período de 2006 a 2010.

Foram utilizados também dados de uma pesquisa quantitativa do Observatório da Educação, com a qual o autor deste artigo contribuiu, sobre aspectos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio nas Instituições Federais de Ensino de Minas Gerais.

Referente à pesquisa do Observatório da Educação, foram aplicados questionários a alunos evadidos dos cursos técnicos de nível médio do IFNMG em geral e do *Campus* Januária, que oferta o curso Técnico em Enfermagem. Foi considerado aluno evadido aquele que abandonou o curso após ter cumprido pelo menos 25% de um módulo letivo, mas deixou o curso sem obter o diploma por não concluir alguma etapa (HEIJMANS, 2011; SALES; CASTRO; DORE, 2013). A pesquisa do Observatório da Educação é realizada em parceria com os Programas de Pós-Graduação em Educação da FaE/UFMG, de Pós-Graduação em Educação da PUC Minas e de Pós-Graduação em Educação Tecnológica do Centro Federal de

Educação Tecnológica de Minas Gerais, e intitula-se *Educação Técnica de Nível Médio da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica de Minas Gerais: Organização dos IFETs, Políticas para o Trabalho Docente, Permanência/Evasão de Estudantes e Transição para o Ensino Superior e para o Trabalho* (HEIJMANS, 2010).

O curso escolhido foi o de Técnico em Enfermagem do IFNMG – *Campus* Januária. Tal curso tem sua oferta desde o ano 2000, possuindo um quadro de professores já consolidado, bem como uma estrutura sólida em termos de laboratório e parcerias com instituições para realização de estágio.

Os alunos pesquisados estudaram nas instituições Federais e dela evadiram-se no período de 2006 a 2010. Do universo de alunos evadidos das Instituições de Educação da Rede Federal de Minas Gerais, foram aplicados questionários a 141 alunos do IFNMG. Desses alunos, 29 eram do curso Técnico em Enfermagem do IFNMG – *Campus* Januária.

Foram realizadas também entrevistas semiestruturadas com funcionários do IFNMG – *Campus* Januária. Tal instrumento foi escolhido porque permite o aprofundamento de questões e pontos levantados por outras técnicas – como o questionário (LÜDKE; ANDRÉ, 1986). Foram entrevistados funcionários que ocupavam cargos estratégicos, entre 2006 e 2010, para a investigação dos fatores de evasão: coordenadores do curso investigado, assistente social, responsável pelo setor de registros escolares, professores do curso e responsáveis pela assistência pedagógica, totalizando dez entrevistas.

FATORES ASSOCIADOS À EVASÃO

Os entrevistados foram questionados sobre todos os aspectos e situações que eles percebem estarem relacionados à evasão escolar (TABELA 1).

O item “necessidade de trabalhar” refere-se a toda situação consequente do trabalho, como jornada dupla (estudo e trabalho), cansaço, dificuldade de conciliar trabalho e estudo. Alguns trechos da fala dos entrevistados são citados a seguir.

Nosso público é um público trabalhador, às vezes ele não dá conta de conciliar trabalho com escola. (E1)

Eu conheço alunos que tiveram que trancar o curso porque não tinham condição de parar de trabalhar só por conta do curso, e vice-versa, não tinha como fazer as duas coisas ao mesmo tempo. (E3)

“Tinha” muitos que não davam conta de estudar as disciplinas, que não davam conta de estudar as matérias, chegavam muito cansados. E acabava que comprometia o rendimento. (E10)

Principalmente os da Enfermagem, né, que aqui só tinha o noturno; aí eles não têm muito tempo para estar estudando, para estar fazendo estágio. Para estar fixando os conteúdos em casa. Aí chega “na” sala de aula, vai copiar de um colega, ou vai tentar fazer durante a aula. Não dá tempo, né? (E7)

A necessidade de trabalhar foi também apontada por outros autores que pesquisaram sobre evasão escolar (MATIAS, 2003; COSTA JUNIOR, 2010).

TABELA 1
Fatores de evasão escolar dos cursos técnicos do IFNMG – Campus
Januária citados pelos entrevistados

Fator de evasão escolar	N.º de entrevistados que citaram o referido fator
Necessidade de trabalhar	10
Falta de identificação com o curso	6
Embasamento teórico insuficiente / dificuldade com o curso	5
Dificuldade de transporte	5
Fatores familiares	4
Falta de conhecimento sobre o curso	1
Mercado de trabalho não é atrativo	1
Condição financeira desfavorável	1
Fragilidade no processo seletivo	1
Muito tempo fora da escola	1
Gravidez	1
Falta de avaliação dos resultados dos cursos	1
Reprovação	1
Problemas pessoais	1
Desejo pelo ensino superior	1

Fonte: Dados da Pesquisa, 2013.

Outro fator relacionado pelos entrevistados com a evasão foi a não identificação dos alunos com o curso, como foi citado a seguir.

Eles [os alunos] simplesmente fazem o processo seletivo, mas não era a primeira opção deles. Eles tinham o desejo de fazer informática ou outro curso e acabam não fazendo este processo seletivo e indo para a Enfermagem. E acabam percebendo a sua não afinidade com o curso e acabam desistindo. (E5)

Muitos não conseguiam se identificar com o curso. Às vezes eles começavam o curso sem terem conhecimento do que era o curso, da natureza do curso, do que desempenhavam. (E10)

Muitos alunos entram com uma visão diferenciada do que o curso realmente é. E no decorrer principalmente do primeiro módulo, eles percebem que eles não se identificam com o curso. (E1)

Às vezes ele percebe que não é aquilo que ele quer. (E9)

A pesquisa do Observatório da Educação, cujos dados foram usados e comparados com os resultados das entrevistas, questionou aos alunos sobre a necessidade de trabalhar. Os alunos poderiam responder a uma das seguintes opções, de acordo com o grau de influência sobre a decisão deles de abandonar o curso: “não influenciou”, “influenciou pouco”, “influenciou razoavelmente”, “influenciou muito”, “influenciou totalmente” ou “não se aplica”. Para facilitar a exposição dos dados, as respostas “influenciou pouco” e “influenciou razoavelmente” foram colocadas juntas nas tabelas, bem como as respostas “influenciou muito” e “influenciou totalmente”.

TABELA 2

Influência da necessidade de trabalhar sobre a evasão escolar de alunos do curso Técnico em Enfermagem

Fator	Grau de influência sobre minha decisão de abandonar			
	Não influenciou	Influenciou pouco / razoavelmente	Influenciou muito / totalmente	Não se aplica
Necessidade de trabalhar	24%	8%	24%	44%

Fonte: Dados da pesquisa do Observatório da Educação, 2010-2014.

No mesmo grupo de perguntas, os alunos responderam sobre a dificuldade em conciliar o horário de estudo e de trabalho (TABELA 3).

TABELA 3

Influência da dificuldade para conciliar o horário de estudo e trabalho de evadidos do curso Técnico em Enfermagem

Fator	Grau de influência sobre minha decisão de abandonar			
	Não influenciou	Influenciou pouco / razoavelmente	Influenciou muito / totalmente	Não se aplica
Dificuldade para conciliar o horário de estudo e o trabalho	10%	7%	21%	62%

Fonte: Dados da pesquisa do Observatório da Educação, 2010-2014.

O percentual encontrado na coluna “não se aplica” das tabelas 2 e 3 indica que outros fatores contribuem, também, para a decisão de evasão.

TABELA 4
Influência da insatisfação dos alunos com o curso

Fator	Grau de influência sobre minha decisão de abandonar			
	Não influenciou	Influenciou pouco / razoavelmente	Influenciou muito / totalmente	Não se aplica
Influência da insatisfação dos alunos com o curso	10%	10%	3,5%	76,5%

Fonte: Dados da pesquisa do Observatório da Educação, 2010-2014.

O fator caracterizado como “não identificação com o curso” envolve respostas como “falta de vocação”, “não gostou do curso”, dentre outras similares. Relacionado a esse tema, a pesquisa do Observatório da Educação questionou se os alunos ficaram insatisfeitos com o curso (TABELA 4).

No questionário da pesquisa do Observatório da Educação havia também uma pergunta sobre o não interesse, afinidade ou gosto pela área/profissão (TABELA 5).

TABELA 5
Influência do interesse, afinidade ou gosto pela área/profissão na evasão dos alunos do curso Técnico em Enfermagem

Fator	Grau de influência sobre minha decisão de abandonar			
	Não influenciou	Influenciou pouco / razoavelmente	Influenciou muito / totalmente	Não se aplica
Influência do interesse, afinidade ou gosto pela área/ profissão	7%	17,5%	10,5%	65%

Fonte: Dados da pesquisa do Observatório da Educação, 2010-2014.

Os valores encontrados na coluna “não se aplica” das tabelas 4 e 5 indicam que os alunos não consideram esses fatores como contributivos para a evasão. Entende-se, baseado nesses dados, que os alunos consideram que o curso é satisfatório para sua futura atuação no mundo do trabalho.

A falta de identificação com o curso foi verificada por Costa Junior (2010), em sua pesquisa. Severino *et al.* (2013) identificaram o não atendimento das expectativas dos alunos, que é compatível com a não identificação com o curso. Machado (2009), em sua pesquisa, ressalta também a falta de identificação com o curso.

Alguns aspectos dos problemas familiares guardam associação com o nível socioeconômico, traduzido na pesquisa do Observatório da Educação como “Renda Familiar” (Tabela 6).

TABELA 6

**Renda familiar dos alunos evadidos na época da evasão
(somatório da renda de todos que trabalhavam em sua casa, incluindo o respondente)**

Renda familiar	Porcentagem
Até 1 salário mínimo	24,5%
De 1 a 3 salários mínimos	41%
De 3 a 6 salários mínimos	24,5%
De 6 a 9 salários mínimos	3%
De 9 a 12 salários mínimos	7%

Fonte: Dados da pesquisa do Observatório da Educação, 2010-2014.

Outro item que também está relacionado à condição socioeconômica, que foi abordado pela pesquisa do Observatório da Educação, é a escolaridade dos pais na época da evasão. Os resultados estão mostrados na TABELA 7.

TABELA 7

Escolaridade dos pais na época da evasão dos alunos

Nível de ensino	Pai	Mãe
Nunca estudou	3%	0%
Ensino fundamental incompleto (1ª a 8ª série)	27%	41%
Ensino fundamental completo (1ª a 8ª série)	13%	3%
Ensino médio incompleto	7%	3,5%
Ensino médio completo	13%	21%
Ensino técnico incompleto	3%	3,5%
Ensino técnico completo	7%	3,5%
Ensino superior incompleto		
Ensino superior completo	10%	14%
Pós-graduação	0%	7%
Não se aplica: pai(s) falecido(s)	7%	0%
Não sei	10%	3,5%

Fonte: Dados da pesquisa do Observatório da Educação, 2010-2014.

A fragilidade social é destacada no livro de Schargel e Smink (2002), que associa essa situação à maior taxa de evasão escolar. Também associado a essa ideia está a implantação de políticas públicas, na forma de auxílios financeiros, objetivando diminuir as ocorrências de evasão.

A dificuldade de transporte foi citada por 50% dos entrevistados e enfatizada no depoimento a seguir.

Primeiro deles é a dificuldade de transporte, porque o *campus* é longe, e ele tem dificuldade de vir até aqui, e porque não tem um serviço de transporte coletivo pra trazer esse aluno para cá. E aí acaba que ele tem que pegar carona, ele tem que vir em ônibus de outras cidades. Segundo, boa parte dos nossos alunos “são” das cidades vizinhas. Então ele tem essa dificuldade de ter que sair mais cedo da outra cidade dele, fazer uma viagem todos os dias, para vir pra cá. (E2)

Na pesquisa do Observatório da Educação, os evadidos responderam também a questões relacionadas à dificuldade de transporte (TABELA 8).

Na visão dos entrevistados (TABELA 1), 50% consideram as dificuldades de transporte como contributivas para a evasão escolar.

TABELA 8
Influência da dificuldade de transporte na evasão de alunos do curso Técnico em Enfermagem

Fatores de transporte	Grau de influência sobre minha decisão de abandonar			
	Não influenciou	Influenciou pouco / razoavelmente	Influenciou muito / totalmente	Não se aplica
Tive dificuldade financeira para fazer o curso: transporte, alimentação, material etc.	0%	17%	7%	76%
A escola era distante da minha casa e/ ou do meu trabalho	0%	17%	24%	59%
Mudei de bairro ou cidade	0%	3%	7%	90%

Fonte: Dados da pesquisa do Observatório da Educação, 2010-2014.

O resultado encontrado na coluna “Não se aplica” indica que o fator transporte, apesar de ser dificultador devido ao fato de o *campus* ser distante do centro da cidade, não é considerado como fator significativo por parte dos alunos. Entretanto, considerando que 24% dos alunos que responderam ao questionário citaram essa dificuldade, percebe-se que houve uma conformidade entre os grupos de sujeitos pesquisados – alunos e funcionários/professores.

Dentre os autores pesquisados, Andrade *et al.* (2013) relacionam também a dificuldade de transporte, a mudança de cidade e a dificuldade de acesso à instituição como contributivos de evasão escolar.

As respostas dos entrevistados coincidem com as de outras pesquisas sobre evasão em vários níveis e modalidades de ensino (ALMEIDA, 2008; ALMEIDA; BARBOSA, 2010; AZEVEDO; LIMA, 2011; COSTA JUNIOR, 2010; CUNHA, 2001; LIMA; OLIVEIRA, 2010; MACHADO, 2009; MATIAS, 2003; NUNES *et al.*, 2007; PELISSARI, 2012; ROSA, 2010).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O primeiro objetivo foi alcançado com a coleta de dados, diretamente na Secretaria de Registros Escolares do IFNMG, pois os mesmos não estão sistematizados em arquivo próprio.

A análise dos dados da pesquisa do Observatório da Educação elucidou fatores considerados importantes, pelos alunos, para a evasão. Os fatores “relação com o trabalho”, “mobilidade” e “dificuldade de transporte” foram os mais citados pelos alunos evadidos.

Considerando que a evasão é a culminância de um processo multicausal, percebe-se que a necessidade de trabalhar, na medida em que demanda tempo do aluno (tempo este que poderia ser aproveitado em atividades escolares), associada à dificuldade em conciliar trabalho e estudo (consequência também do menor tempo disponível), configuram-se em fatores importantes na decisão pela evasão.

Os alunos consideram o mercado de trabalho atrativo para os egressos. Dados como desmotivação, reprovação e dificuldade com o curso não foram citados na quantidade esperada. Parte dos alunos respondeu que escolheram o curso por considerar a profissão valorizada, ou pela possibilidade de melhorias na sua carreira profissional.

A profissão de Técnico em Enfermagem, apesar de não ter o reconhecimento em termos salariais, é atrativa em outros aspectos, como o reconhecimento dos pacientes pela função social direta exercida. Tal reconhecimento é positivo e perceptível já durante o desenvolvimento do curso, favorecendo a permanência do aluno. Entretanto, os cursos (e as profissões) da área da saúde envolvem características e desafios – como estresse, privação de sono, sobrecarga de trabalho, convivência com situações como morte, debilidades, doenças crônicas – que só são percebidas pelos alunos durante o curso. É necessária, além de um desenvolvimento técnico, uma preparação psicológica para lidar com os procedimentos e desafios da profissão.

Encontrou-se nos dados da pesquisa do Observatório da Educação uma relação entre os casos de evasão e a renda familiar mensal (até 3 salários mínimos) e o grau de escolaridade dos pais (até ensino médio completo).

A não identificação com o curso foi citada pelos alunos, mas sem grande significação quantitativa. Considera-se que a identidade de cada um é moldada de acordo com as experiências de vida e a reação dos indivíduos a essas vivências. A identidade e as aspirações dos indivíduos afetam suas escolhas, e existe a possibilidade de essas escolhas culminarem em processos como a mobilidade.

A utilização da entrevista em funcionários e professores da escola permitiu a comparação dos dados encontrados após a abordagem aos diferentes sujeitos. Em alguns pontos (como trabalho, transporte, motivação), os resultados da percepção dos entrevistados encontraram correspondência com as respostas dos alunos evadidos. Em outros pontos (como a não identificação com o curso, fatores familiares), a informação foi citada, apesar de a frequência das respostas não ter sido a mesma. A presença de uma correspondência parcial entre as respostas dos diferentes sujeitos indica a necessidade de uma discussão maior de aspectos relativos à evasão escolar.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Adriana de. **Um estudo do e no processo de implantação no estado do Paraná do PROEJA**: problematizando as causas da evasão. 2008. 114f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

ALMEIDA, Ana Carolina de; BARBOSA, Claudio Luis de Alvarenga. Análise de fatores intraescolares no processo de evasão escolar: prática docente e o abandono no curso técnico em agropecuária integrado ao Ensino Médio da Escola Agrotécnica Federal de Barbacena – MG. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA, 2., 2010. **Anais...** 2010.

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O Método nas Ciências Naturais e Sociais**: Pesquisa Quantitativa e Qualitativa. 2.ed. São Paulo: Pioneira Thomson, 2001.

ANDRADE, Luciana Borges de *et al.* Evasão escolar e os índices de retenção no IFTM *campus* Uberaba: reflexões. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E EVASÃO ESCOLAR, 3., 2013, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: FAE/UFMG, 2013. CD-ROM.

AZEVEDO, Clayte de Paula; LIMA, Ezilda Soares de. A Evasão Escolar no PROEJA do CEFET-MT: Existência e Visão. **Educação Profissional: Ciência e Tecnologia**, v.4, n.2, p.79-88, jan.-jul. 2011.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação Qualitativa em Educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto Editora, 1994.

BRASIL. **Decreto-Lei n. 8.778**, de 22 de janeiro de 1946. Regula os exames de habilitação para os Auxiliares de Enfermagem e Parteiros Práticas. 1946. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del8778.htm>. Acesso em: 2 set. 2013.

_____. **Lei n. 775**, de 6 de agosto de 1949. Dispõe sobre o ensino de enfermagem no País e dá outras providências. 1949. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1930-1949/L775.htm>. Acesso em: 2 set. 2013.

_____. **Lei n. 4.024**, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as diretrizes e bases da educação. 1961. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4024.htm>. Acesso em: 13 jul. 2015.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Superior. Comissão Especial de Estudos Sobre a Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras (SESu/MEC - ANDIFES - ABRUEM). **Diplomação, retenção e evasão nos cursos de graduação em instituições de ensino superior públicas**. Brasília: MEC, 1996. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=24676>. Acesso em: 20 ago. 2012.

COSTA JUNIOR, Wilfred Sacramento. **Evasão em cursos gratuitos**: uma análise de suas principais causas e identificação do perfil dos alunos evadidos no SENAC Sete Lagoas. 2010. 148f. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração) - Faculdades Integradas de Pedro Leopoldo, Pedro Leopoldo, 2010.

CUNHA, Aparecida Miranda. Evasão do curso de Química da Universidade de Brasília: a interpretação do aluno evadido. **Química Nova**, v.24, n.1, p.262-280, 2001.

FERRARO, Alceu Ravello. Diagnóstico da escolarização no Brasil. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 22, 1999. Disponível em: <http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/RBDE12/RBDE12_04_ALCEU_RAVANELLO_FERRARO.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2013.

HEIJMANS, Rosemary Dore (Coord.). **Educação Técnica de Nível Médio da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica de Minas Gerais**: Organização dos IFETs, Políticas para o Trabalho Docente, Permanência/Evasão de Estudantes e Transição para o Ensino Superior e para o Trabalho. Observatório da Educação. Belo Horizonte: PUC Minas/UFMG/CEFET-MG, 2010.

_____. **Manual Questão por Questão da Pesquisa Educação Técnica de Nível Médio da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica de Minas Gerais**: Organização dos IFETs, Políticas para o Trabalho Docente, Permanência/Evasão de Estudantes e Transição para o Ensino Superior e para o Trabalho. Observatório da Educação. Belo Horizonte: PUC Minas/UFMG/CEFET-MG, 2011.

LIMA, João Batista Gomes de; OLIVEIRA, Ricardo Daher. Estudo da Evasão escolar do ponto de vista econômico: o caso dos Centros Universitários Camilianos do Brasil. **Revista Científica Internacional**, v.1, n.12, p.168-193, mar.-abr. 2010.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em Educação**: Abordagens Qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MACHADO, Márcia Rodrigues. **A evasão nos cursos de Agropecuária e Informática / nível técnico da Escola Agrotécnica Federal de Inconfidentes-MG**. 2009. 136f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

MATIAS, Irlene dos Santos. **Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas**: uma reflexão sobre as condições de ingresso, permanência e evasão. 2003. 90f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

NUNES, Elisabete de Fátima Polo de Almeida *et al.* Análise da evasão de alunos dos cursos de profissionalização da área de Enfermagem no Paraná. **Ciência, Cuidado e Saúde**, v.6, n.4, p.433-440, out.-dez. 2007.

PELLISSARI, Lucas Barbosa. **O fetiche da tecnologia e o abandono escolar na visão de jovens que procuram a Educação Profissional Técnica de Nível Médio**. 2012. 223f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Paraná, 2012.

PEREIRA, Isabel Brasil; LIMA, Júlio César França. Educação Profissional em Saúde. In: PEREIRA, Isabel Brasil; LIMA, Júlio César França. **Dicionário da Educação Profissional em Saúde**. 2.ed. Revista e ampliada. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008. p.182-189.

PEREIRA, Isabel Brasil; RAMOS, Marise Nogueira. **Educação Profissional em Saúde**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

PIRES, Denise Elvira. Divisão Técnica do Trabalho em Saúde. In: PEREIRA, Isabel Brasil; LIMA, Júlio César França. **Dicionário da Educação Profissional em Saúde**. 2.ed. Revista e ampliada. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008. p.130-135.

PIRES, Denise; GELBCKE, Francine Lima; MATOS, Eliane. Organização do trabalho em enfermagem: implicações no fazer e viver dos trabalhadores de nível médio. **Trabalho, educação e saúde**, Rio de Janeiro, v.2, n.2, p.311-325, 2004.

ROSA, Roseli Scuinsani da. **Matemática, evasão escolar e Educação de Jovens e Adultos: que relação é essa?** 2010. 122f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo. 2010.

SALES, Paula Elizabeth Nogueira; CASTRO, Tatiana Lage de; DORE, Rosemary. Educação Profissional e Evasão Escolar: Estudo e Resultado Parcial de Pesquisa Sobre a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica de Minas Gerais. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E EVASÃO ESCOLAR, 3., 2013, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: FAE/UFMG, 2013. CD-ROM.

SCHARGEL, Franklin P.; SMINK, Jay. **Estratégias para Auxiliar o Problema de Evasão Escolar.** Rio de Janeiro: Dunya Editora, 2002.

SEVERINO, Caroline Silva *et al.* Evasão no ensino profissional superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – IFTM – *Campus* Uberlândia: um olhar sobre o curso de Tecnologia em Alimentos. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E EVASÃO ESCOLAR, 3., 2013, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG, 2013. CD-ROM.

SHIMIZU, Helena Eri; LIMA, Maria da Glória; SANTANA, Maria Natividade Gomes da Silva Teixeira. O modelo de competências na formação de trabalhadores de enfermagem. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v.60, n.2, p.161-166, mar.-abr. 2007.

STOCO, Heloisa Pancieri. A educação de jovens e adultos trabalhadores no PROEJA: acesso e permanência no CEFET-BA. **Revista Eletrônica Multidisciplinar Pindorama do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – IFBA**, n.1, ano 1, 2010.

VIEIRA, Mônica. **As ocupações técnicas nos estabelecimentos de saúde:** um estudo a partir dos dados da pesquisa AMS/IBGE. Relatório Final. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. Estação de Trabalho Observatório dos Técnicos em Saúde. 2003. Disponível em: <http://www.observarh.org.br/observarh/repertorio/Repertorio_ObservaRH/EPSJV-FIOCRUZ/Ocupacoes_tecnicas_pesquisa_mas-ibge.pdf>. Acesso em: 4 set. 2013.

WERMELINGER, Mônica; MACHADO, Maria Helena; AMÂNCIO FILHO, Antenor. Políticas de Educação Profissional: referências e perspectivas. **Ensaio: Avaliação de políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v.15, n.55, p. 207-222, abr.-jun. 2007.

Data da submissão: 10/03/2015

Data da aprovação: 15/09/2015